

## OS IMPACTOS DA JUDICIALIZAÇÃO DOS MEDICAMENTOS PARA OS ORÇAMENTOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA SAÚDE NA REGIÃO EXTREMO-OESTE DE SANTA CATARINA

Maria Eduarda Ribeiro Vieira<sup>1</sup>, Everton Boff<sup>2</sup>

1. Discente do curso de Enfermagem, Unoesc, São Miguel do Oeste, SC

2. Docente do curso de Farmácia, Unoesc, São Miguel do Oeste

**Autor correspondente:** Maria Eduarda Ribeiro Vieira, mariaeduardaribeirovieira82@gmail.com

**Área:** Ciências da Vida e Saúde

**Introdução:** A realidade social brasileira reflete a necessidade de uma atenção do setor público para o fornecimento de medicamentos considerados excepcionais, principalmente quando essa necessidade é para pacientes de famílias carentes. Resultado disso, é que existe nacionalmente um aumento do número de decisões judiciais favoráveis para os pacientes e assim, obriga as secretarias municipais e estaduais da saúde a fornecer gratuitamente medicamentos não constantes nas "relações oficiais", fazendo com que os gestores das secretarias de saúde e os diretores de assistência farmacêutica tenham que remodelar orçamentos para poder atender a demanda de medicamentos judicializados, obrigando o estado e/ou município a fornecer de forma gratuita esses medicamentos. **Objetivo:** Determinar os impactos financeiros que a judicialização dos medicamentos provoca nas secretarias municipais da saúde dos municípios da região do extremo-oeste de Santa Catarina. **Método:** O estudo foi caráter misto, inicialmente quantitativo, com abordagem longitudinal, retrospectivo, do tipo analítico. Posteriormente, foi realizado um estudo qualitativo, buscando-se investigar as consequências negativas para os orçamentos. As secretarias municipais da saúde enviaram a informação do número de processos judiciais, medicamentos contemplados e valores financeiros despendidos mensalmente para contemplar as decisões judiciais. Assim, não tivemos contato com relatórios, nomes de pacientes e/ou prescritores, isentando de avaliação ética. **Resultados:** A região extremo-oeste de Santa Catarina possui 53 municípios, desses, 25 possui medicamentos fornecidos por via judicial com recursos municipais. A maior parte envolve tratamentos de doenças crônicas não transmissíveis, com medicamentos não constantes nas listas oficiais do município ou estado ou nação. Todos tiveram tentativas via processos administrativos, porém negados em sua totalidade. Em termos financeiros o comprometimento equivale de 1,1 a 3,7% do orçamento mensal das Secretarias Municipais da Saúde. **Conclusão:** Diante disso, conclui-se que a judicialização ocorre devido a problemas administrativos, assim como falta de informação dos prescritores e do judiciário quanto as diversas alternativas terapêuticas para tratamento das doenças.

**Palavras-chave:** Medicamentos; Judicialização; Santa Catarina.

**Agradecimentos:** A autora Maria E. R. Vieira agradece ao Programa de Bolsas Universitárias do Estado de Santa Catarina (UNIEDU) pela concessão de bolsa de iniciação científica.